

O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO CULTURAL E SOCIAL DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Recebido em: xx/xx/xxxx

Aceito em: xx/xx/xxxx

DOI: 10.25110/educere.vXXiX.2024-00000



Francieli Romanek¹

Viviane Schelles Martins de Oliveira²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender o papel da família na inclusão social e cultural da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica baseada na Psicologia Histórico-Cultural, que entende o desenvolvimento humano através das relações sociais e das experiências vividas. O estudo destaca que a família é fundamental no desenvolvimento da criança, oferecendo cuidado, apoio emocional, estímulos e incentivo à autonomia. Também foram discutidos os desafios enfrentados pelas famílias após o diagnóstico, como insegurança, preconceito, dificuldades emocionais e falta de informação. Além disso, o trabalho ressalta a importância da escola, dos profissionais da saúde, das redes de apoio e das políticas públicas para promover a inclusão. Conclui-se que o acolhimento familiar e social contribui diretamente para o desenvolvimento, participação e qualidade de vida da criança com TEA de forma mais inclusiva e respeitosa.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Inclusão; Autismo; Compensação.

The Role of the Family in the Cultural and Social Inclusion of Children with Autism Spectrum Disorder

ABSTRACT: This study aims to understand the role of the family in the social and cultural inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research was conducted through a bibliographic review based on Historical-Cultural Psychology, which understands human development through social relationships and lived experiences. The study highlights that the family plays a fundamental role in the child's development by providing care, emotional support, stimulation, and encouragement for autonomy. The challenges faced by families after the diagnosis were also discussed, such as insecurity, prejudice, emotional difficulties, and lack of information. In addition, the study emphasizes the importance of schools, health professionals, support networks, and public policies in promoting inclusion. It is concluded that family and social support directly contribute to the development, participation, and quality of life of children with ASD in a more inclusive and respectful way.

KEYWORDS: Family; Inclusion; Autism; Compensation

El Papel de la Familia en la Inclusión Cultural y Social del Niño con Trastorno del Espectro Autista

¹ Graduanda em Psicologia pela UNIPAR – Cianorte.

² Graduanda em Psicologia pela UNIPAR – Cianorte.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo comprender el papel de la familia en la inclusión social y cultural del niño con Trastorno del Espectro Autista (TEA). La investigación se realizó mediante una revisión bibliográfica basada en la Psicología Histórico-Cultural, que entiende el desarrollo humano a través de las relaciones sociales y las experiencias vividas. El estudio destaca que la familia es fundamental en el desarrollo del niño, ofreciendo cuidado, apoyo emocional, estímulos e incentivo a la autonomía. También se discutieron los desafíos enfrentados por las familias después del diagnóstico, como inseguridad, prejuicio, dificultades emocionales y falta de información. Además, el trabajo resalta la importancia de la escuela, de los profesionales de la salud, de las redes de apoyo y de las políticas públicas para promover la inclusión. Se concluye que la acogida familiar y social contribuye directamente al desarrollo, la participación y la calidad de vida del niño con TEA de una manera más inclusiva y respetuosa.

PALABRAS CLAVE: Familia; Inclusión; Autismo, Compensación

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano, segundo a Psicologia Histórico-Cultural (PHC), é resultado das relações sociais, das mediações e da inserção do sujeito na cultura. Nessa perspectiva, compreender o desenvolvimento de crianças com TEA exige considerar como a família e o meio atuam como relações sociais fundamentais na formação das funções psicológicas superiores.

Assim, mais do que focar nas limitações biológicas, a PHC ressalta as possibilidades que surgem por meio da interação, da linguagem e das experiências compartilhadas. Diante disso, este projeto busca investigar como as mediações e as relações familiares influenciam no desenvolvimento dessas crianças, reconhecendo o papel central da família e das práticas culturais na promoção da autonomia, da aprendizagem e da inclusão.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2014). No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando direitos nas áreas da saúde, educação e assistência social. Os dados evidenciam que, apesar do acesso à educação, há uma redução significativa na conclusão dos níveis mais elevados de ensino entre pessoas com TEA, o que aponta para processos de exclusão educacional ainda presentes no contexto brasileiro (IBGE, 2025). Dessa forma, embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento e na garantia de direitos às pessoas com TEA, ainda há desafios significativos relacionados à efetivação dessas políticas, especialmente no que se refere à permanência escolar e inclusão social.

O TEA tem apresentado crescimento significativo nas últimas décadas, tanto em diagnósticos quanto em visibilidade social. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, estima-se que aproximadamente 2,4 milhões de brasileiros foram diagnosticados com TEA, correspondendo a cerca de 1,2% da população nacional. Observa-se maior prevalência no sexo masculino (1,5%) em comparação ao feminino (0,9%), além de maior incidência entre crianças na faixa etária de 5 a 9 anos (IBGE, 2025). Esse aumento pode estar relacionado tanto à ampliação dos critérios diagnósticos quanto à maior conscientização da população e dos profissionais da saúde, embora ainda exista a possibilidade de subnotificação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

No que se refere ao acesso à educação, dados indicam que 36,9% das pessoas com TEA com seis anos ou mais estão inseridas em instituições de ensino, percentual superior ao da população geral, que corresponde a 24,3% (IBGE, 2025). Entretanto, apesar do maior índice de inserção escolar, tal dado não reflete necessariamente a permanência ou o sucesso educacional desses indivíduos – apenas a presença na escola não garante que o processo de aprendizagem ocorra de forma efetiva ou inclusiva.

A análise dos dados revela um cenário preocupante quanto à continuidade dos estudos por pessoas com TEA. Entre indivíduos com 25 anos ou mais: 46,1% não concluíram o ensino fundamental; 25,4% concluíram o ensino médio e apenas 15,7% possuem ensino superior completo (IBGE, 2025). Esses dados evidenciam uma discrepância significativa entre o acesso inicial à educação e a conclusão dos níveis mais elevados de ensino, indicando fragilidades no processo de inclusão educacional. Há uma queda acentuada na permanência escolar de pessoas com TEA, especialmente a partir da adolescência, período em que aumentam as exigências acadêmicas e sociais. A ausência de suporte adequado, a falta de formação específica dos professores e a insuficiência de adaptações curriculares contribuem para esse cenário (IBGE, 2025). Dessa forma, a inclusão educacional ainda se apresenta como um desafio, caracterizando-se, muitas vezes, como um processo superficial, que garante o acesso, mas não assegura a permanência e o desenvolvimento pleno do estudante.

Os dados apresentados permitem compreender que, embora haja avanços no acesso à educação para pessoas com TEA, persistem barreiras estruturais que dificultam a continuidade da trajetória escolar. A inclusão, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como inserção no ambiente escolar, mas deve envolver estratégias efetivas de permanência, aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, quando associado a contextos de vulnerabilidade social como os atendidos pelo CRAS o TEA pode intensificar processos de exclusão, evidenciando a necessidade de políticas públicas intersetoriais que integrem educação, saúde e assistência social.

Sobre os dados apresentados, compreendemos que a família tem um papel fundamental no processo de inclusão de crianças com TEA. A participação ativa e positiva da família contribui significativamente para o processo de inclusão social da criança atípica, enquanto a ausência de apoio familiar ou práticas inadequadas podem dificultar essa inclusão.

Para isso, como objetivo geral deste trabalho, vamos analisar e identificar o papel da família na inclusão social de crianças com TEA. A estruturação desse objetivo se organiza, com base em quatro objetivos específicos: a) realizar um levantamento bibliográfico a respeito do papel da família no diagnóstico de TEA; b) analisar a relação entre suporte familiar e aceitação social da criança com TEA; c) identificar práticas familiares que favoreçam a inclusão social; e d) sugerir estratégias de fortalecimento do papel da família no processo de inclusão.

Este trabalho justifica-se pela relevância de compreender o papel da família no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando que o ambiente familiar constitui o primeiro espaço de socialização e desenvolvimento do indivíduo. A escolha do tema se dá pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre as relações familiares e suas influências no desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança com TEA. Além disso, observa-se que muitas famílias enfrentam desafios relacionados à falta de informação, orientação e preparo para lidar com as especificidades do transtorno, o que pode impactar diretamente no processo de desenvolvimento da criança. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir essa temática, a fim de contribuir para uma maior compreensão sobre a importância do suporte familiar e suas implicações no desenvolvimento infantil. Do ponto de vista acadêmico, o estudo se justifica por possibilitar a articulação entre teoria e prática, ampliando o conhecimento na área da Psicologia, especialmente no que se refere ao desenvolvimento humano e às relações familiares. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para reflexões e produções científicas que auxiliem na construção de práticas mais inclusivas e no fortalecimento das famílias (Rabello, Passos, {s.d}).

Esta pesquisa se caracteriza como teórica, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, que compreende o ser humano como um sujeito histórico social e culturalmente constituído, cujas relações com o meio e com o outros, são fundamentais para o desenvolvimento e a formação da subjetividade. A pesquisa teórica permite compreender o fenômeno estudado a partir de conhecimentos consolidados, oferecendo embasamento para as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho. Os dados coletados foram levantados com base em uma revisão de literatura sobre o tema, além do resgate de autores clássicos a respeito da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Sócio-Histórica.

Os resultados desta pesquisa nos auxiliaram a compreender a importância da família como elemento fundamental no processo de desenvolvimento da criança, especialmente quando articulada com uma equipe multiprofissional. Destaca-se que o olhar sobre o sujeito não deve se limitar ao diagnóstico, mas sim considerar sua dimensão humana, reconhecendo suas singularidades, limitações e, principalmente, suas potencialidades. Nesse sentido, a atuação integrada entre família e profissionais possibilita a construção de intervenções mais efetivas, que valorizam o indivíduo em sua totalidade. Assim, torna-se essencial promover práticas que fortaleçam esse vínculo e favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

2. O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

A família constitui-se como uma instituição fundamental no processo de desenvolvimento humano e de inclusão social, sendo o primeiro espaço de socialização do indivíduo, no entanto, conforme discutido por (Reis, 1989). A família não deve ser compreendida como uma estrutura natural, universal e imutável, mas como uma construção histórica e social, profundamente influenciada por fatores econômicos, culturais e ideológicos. Nesse sentido, a forma como a família se organiza e atua está diretamente relacionada às transformações históricas da sociedade.

A ideologia³ exerce um papel central nesse processo ao apresentar a família como um espaço que explica que o harmonioso, baseado apenas em vínculos afetivos, ocultando, muitas vezes, as relações de poder e desigualdade presentes em seu interior,

³ A ideologia exerce uma função estruturante no interior da família ao naturalizar e universalizar sua organização, apresentando-a como dada e imutável. Essa concepção, transmitida sobretudo por meio das relações parentais, condiciona o modo como o sujeito apreende as relações sociais, tanto no contexto familiar quanto para além dele, contribuindo para a reprodução e a manutenção da ordem social vigente (Reis, 1989).

essa visão idealizada contribui para a naturalização de papéis sociais, como a divisão de funções entre homens e mulheres, que tem origem na própria organização familiar. Conforme apontado a partir das contribuições de Friedrich Engels, a primeira divisão do trabalho ocorre no interior da família, inicialmente como divisão sexual, e posteriormente se expande para a sociedade, contribuindo para a formação das desigualdades sociais (Reis, 1989).

Além disso, Reis (1989), a constituição da família monogâmica está historicamente associada ao surgimento da propriedade privada, tendo como função principal garantir a transmissão de bens entre gerações. Para isso, estabelece-se o controle da sexualidade feminina, reforçando normas como fidelidade e virgindade, evidenciando que a família também cumpre funções econômicas e sociais, e não apenas afetivas. Dessa forma, a família atua na reprodução das estruturas sociais, sendo atravessada por interesses e relações de poder.

Apesar da predominância do modelo de família nuclear nas sociedades capitalistas, é importante reconhecer que existem múltiplas formas de organização familiar, que variam de acordo com o contexto histórico e social, essa diversidade demonstra que a família é uma instituição dinâmica, que se transforma ao longo do tempo e assume diferentes configurações (Reis 1989). No contexto do Transtorno do Espectro Autista, a família assume um papel ainda mais relevante no processo de inclusão social por ser o primeiro espaço de convivência e desenvolvimento, é nela que o indivíduo estabelece seus primeiros vínculos e inicia a construção de suas habilidades sociais e comunicativas a forma como a família compreende o autismo, acolhe suas especificidades e estimula o desenvolvimento do indivíduo influencia diretamente sua participação nos diferentes espaços sociais.

Uma família deve oferecer suporte emocional, acesso à informação e incentivo à autonomia contribui, e isso em tese deveria auxiliar significativamente o processo de inclusão, favorecendo a inserção da pessoa com autismo na escola, na comunidade e em outros contextos sociais. Por outro lado, a falta de conhecimento, o preconceito ou a superproteção podem limitar o desenvolvimento do indivíduo, dificultando sua socialização e reforçando processos de exclusão.

Além disso, a família desempenha um papel fundamental na mediação entre o indivíduo e a sociedade, sendo responsável por buscar serviços de saúde, educação e apoio especializado, atuando como agente ativo na garantia de direitos. Dessa forma, a

inclusão social não depende apenas de políticas públicas, mas também das relações construídas no ambiente familiar.

Assim, compreender a família a partir de uma perspectiva histórica permite reconhecer sua importância não apenas como espaço de afeto, mas também como uma instituição social que pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover inclusão. No caso do autismo, fortalecer a família, promover o acesso à informação e incentivar práticas inclusivas são elementos essenciais para garantir o desenvolvimento do indivíduo e sua efetiva participação na sociedade.

A instituição familiar no Brasil, em específico em nosso período histórico, constitui o primeiro grupo social no qual a criança se insere e, portanto, ocupa um papel central na formação da personalidade, na mediação das relações sociais e na apropriação dos significados culturais.

Na perspectiva Histórico-Cultural, é nesse núcleo inicial que se estabelecem as primeiras formas de relação com o mundo e onde se estruturam os sentidos atribuídos às experiências. Como afirma Vieira (2022, p. 12), é fundamental compreender “[...] o papel da escola e da família na promoção do desenvolvimento infantil [...]”, pois essas relações determinam diretamente as condições que possibilitam ou dificultam o processo de humanização. O ambiente familiar, suas práticas, valores e formas de organização influenciam profundamente a constituição da personalidade e da atividade da criança.

As peculiaridades do ambiente, incluindo com quem a criança vive, o lugar que ela ocupa no lar, a figura de autoridade e as formas de gratificação e punição, são determinantes para compreender o processo educacional e a formação da queixa escolar. Nesse sentido, a dinâmica familiar não apenas constitui um espaço afetivo, mas também um contexto objetivo que participa ativamente da construção das condições de aprendizagem. A relação entre mãe, pai ou responsáveis e a criança é central para o desenvolvimento psíquico.

Souza et al. (2025) já destacava o estreito vínculo entre o diagnóstico do desenvolvimento e a direção dos pais, ressaltando que essa relação deve ser tomada como parte essencial da compreensão clínica do sujeito. Isso aparece de forma concreta nas avaliações apresentadas por Martins, Santos e Lima (2022), nas quais conflitos familiares, tensões emocionais, falta de rotina ou ausência de envolvimento parental se refletem diretamente nas dificuldades escolares da criança.

A família também é responsável por atribuir sentidos à escola. Segundo Vieira (2022), os sentidos são formados nas vivências concretas e dependem dos valores socialmente transmitidos. Assim, a valorização ou desvalorização do estudo por parte da família impacta diretamente a motivação da criança. Vieira (2022) reforça que a família é o primeiro meio no qual a criança se insere e apropria os significados da cultura humana, influenciando profundamente o sentido atribuído à atividade de estudo.

Além dos aspectos afetivos e simbólicos, a família também está inserida em condições materiais e sociais que estruturam sua forma de existir. Por isso, compreender a família exige analisar sua diversidade, classe social, condições de moradia, tempo disponível, acesso à cultura, rotinas e expectativas. Vieira (2022, p.154) destaca que entender a dinâmica familiar implica reconhecer “[...] como essas influências ambientais interferem no desenvolvimento da criança [...]”, o que só pode ser compreendido dentro das relações sociais mais amplas. Portanto, o conceito de família no campo da psicologia histórico-cultural não se reduz a uma definição estrutural (pai, mãe, filhos), mas compreende um núcleo social complexo, responsável pela mediação da cultura, pela formação da personalidade e pela introdução da criança nas práticas sociais. É na família que se criam, ou não, as condições iniciais para que a criança desenvolva autonomia, aproprie-se da cultura, constitua sentidos para a aprendizagem e estabeleça as bases de seu desenvolvimento psíquico.

Diante do exposto, compreende-se que a família, enquanto instituição social e histórica, exerce papel fundamental no desenvolvimento humano e na inclusão social, especialmente no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para além de um espaço de afeto, a família configura-se como uma relação social responsável por possibilitar ou limitar o acesso da criança às experiências culturais e às oportunidades de aprendizagem. Assim, suas práticas, valores e condições de existência podem influenciar diretamente a construção das funções psicológicas superiores e a participação social do indivíduo. Nesse sentido, fortalecer a família e promover o acesso à informação e a práticas inclusivas torna-se essencial para garantir o desenvolvimento e a inserção social da criança com TEA.

2.1 A FAMÍLIA E O DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Conforme apresentamos, a participação familiar é fundamental em todo o processo, desde a identificação dos primeiros sinais até o acompanhamento do desenvolvimento da criança. A família exerce um papel essencial ao favorecer a inclusão da criança em um mundo que, muitas vezes, lhe parece difícil de compreender e de se comunicar, sendo responsável por oferecer suporte emocional, estímulos e condições adequadas para o desenvolvimento.

Por se caracterizar como um transtorno do neurodesenvolvimento, que compromete a interação social, a comunicação e a restrição de comportamentos e atividades (Martins; Santos; Lima, 2022), o diagnóstico precoce se caracteriza como elemento relevante para a compreensão dos familiares. Esse aspecto é essencial, pois pode contribuir para a redução dos impactos dos sintomas e melhorar o prognóstico da criança. No entanto, identificar o transtorno nem sempre é uma tarefa simples, uma vez que há semelhanças com outros atrasos no desenvolvimento, o que exige preparo e sensibilidade dos profissionais, além da observação atenta da família (Martins; Santos; Lima, 2022).

Além disso, fatores como diagnóstico tardio e intervenção precoce insuficiente podem comprometer ainda mais o desenvolvimento global da criança, esses atrasos estão frequentemente relacionados à falta de informação, baixa observação dos sinais iniciais e crenças equivocadas, como a ideia de que cada criança tem seu próprio tempo, o que pode retardar a busca por avaliação profissional (Freitas; Ferreira, 2023).

A literatura também aponta que o momento do diagnóstico pode gerar impactos emocionais significativos nos familiares, como medo, frustração, insegurança e até sentimentos de luto. Muitas vezes, os pais comparam o desenvolvimento da criança com TEA ao de crianças típicas, o que pode intensificar essas emoções (Freitas; Ferreira, 2023). Nesse contexto, o diagnóstico pode provocar mudanças na dinâmica familiar, gerando rupturas nas atividades cotidianas e afetando o equilíbrio emocional dos membros. Inicialmente, é comum que a família vivencie sentimentos de negação ou dificuldade de aceitação, uma vez que se trata de uma realidade inesperada (Freitas; Ferreira, 2023).

A aceitação do diagnóstico constitui um processo gradual e fundamental, pois permite que a família desenvolva estratégias mais eficazes para lidar com a situação e apoiar a criança. Por outro lado, a negação pode dificultar esse processo e atrasar intervenções importantes (Freitas; Ferreira, 2023). Apesar dos desafios, observa-se que muitas famílias conseguem ressignificar essa experiência, desenvolvendo um olhar mais

empático e esperançoso em relação à criança, reconhecendo suas potencialidades e acompanhando suas conquistas ao longo do desenvolvimento (Freitas; Ferreira, 2023).

O diagnóstico também pode fortalecer a família, pois muitas delas acabam criando formas de se comunicar, se tornam mais compreensivas e passam a apoiar umas às outras, além de se conectarem com outras famílias que vivem a mesma situação. Buscar conhecimento sobre o TEA e ter acesso a terapias especializadas é muito importante para que a família consiga se reorganizar, o que pode auxiliar no desenvolvimento da criança e no bem-estar dos vínculos familiares. Por isso, entender como o TEA impacta a família é essencial para pensar em formas de ajuda e em políticas públicas mais eficazes. Olhar para a família como um todo permite identificar dificuldades, mas também pontos fortes, além de mostrar como o apoio psicológico, educacional e social faz diferença. Estudos mostram que, com o suporte adequado, é possível reduzir os impactos negativos e fortalecer os laços familiares, melhorando a qualidade de vida de todos (Souza et al., 2025).

A literatura aponta que o diagnóstico de TEA provoca significativas alterações na rotina e no equilíbrio emocional das famílias. (Souza et al., 2025). identificaram altos níveis de estresse parental, especialmente entre mães, devido às exigências diárias de cuidado e à escassez de suporte institucional. Observa-se que a figura materna frequentemente assume o papel de principal cuidadora, acumulando funções relacionadas ao acompanhamento terapêutico, ao suporte educacional e às demandas cotidianas, enquanto a participação paterna, em alguns casos, mostra-se reduzida. Soma-se a isso o preconceito social e a insuficiência de políticas públicas efetivas, fatores que ampliam o sofrimento emocional e a vulnerabilidade familiar (Souza et al. 2025).

Esses fatores contribuem para o esgotamento físico e psicológico dos familiares, podendo comprometer o vínculo afetivo e o engajamento nas práticas educativas e terapêuticas. Contudo, apesar das dificuldades, os estudos indicam que o enfrentamento dessas adversidades pode promover resiliência, solidariedade e fortalecimento das relações familiares (Souza et al. 2025).

2.2 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO FAMILIAR

O suporte oferecido pelos familiares pode influenciar diretamente não apenas o desenvolvimento da criança, mas também a forma como ela será percebida e acolhida pela sociedade. A família constitui o primeiro espaço de socialização, sendo responsável

por promover estímulos, incentivar a comunicação e favorecer a construção de habilidades sociais. Quando há um ambiente familiar acolhedor, que compreende as limitações e potencialidades da criança com TEA, há maiores possibilidades de desenvolvimento de autonomia e interação social.

Além disso, o suporte familiar contribui para a redução do estigma social famílias que buscam informação, apoio profissional e estratégias de intervenção tornam-se mais seguras para orientar outras pessoas sobre o transtorno, favorecendo a inclusão e a desconstrução de preconceitos (Souza et al., 2025).

Dessa forma, compreende-se que o suporte familiar exerce papel determinante na promoção da inclusão social da criança com TEA, uma vez que a família nas relações entre o indivíduo e o meio social. Ao oferecer apoio, estímulos e oportunidades de interação, contribui diretamente para o desenvolvimento das habilidades sociais e para a construção de uma perspectiva mais inclusiva na sociedade. Assim, o fortalecimento do papel da família torna-se essencial para a superação de estigmas e para a efetivação da inclusão social.

A rede de apoio social é reconhecida pela literatura como um fator essencial para a redução da sobrecarga física, emocional e econômica vivenciada por famílias de pessoas com TEA, sendo, portanto, uma importante estratégia de suporte. Estudos indicam que o apoio social, tanto formal quanto informal, exerce papel protetivo, diminuindo o estresse parental e promovendo melhor qualidade de vida familiar (Souza et al.2025). Ademais, o acesso à assistência social, programas de benefícios governamentais e orientações sobre direitos assegura suporte material relevante, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

O apoio da família ampliada — composta por avós, tios, primos e outros membros próximos — constitui uma estratégia significativa para o cuidado compartilhado e para a redução do estresse parental. Souza et al. (2025) analisam especificamente o papel dos avós no contexto do TEA, evidenciando que sua participação ativa melhora o bem-estar familiar, oferece suporte emocional significativo e contribui para a diminuição do isolamento social dos cuidadores principais. O suporte emocional, aliado à divisão de responsabilidades, fortalece os vínculos afetivos e proporciona maior segurança e estabilidade à família nuclear diante dos desafios do diagnóstico e da rotina de cuidado.

Concomitantemente, estudos apontam que o envolvimento da família extensa fortalece vínculos afetivos e contribui para a construção de estratégias mais colaborativas

de cuidado. Essa rede de apoio amplia os recursos emocionais e práticos disponíveis ao núcleo familiar, favorecendo a resiliência frente às adversidades do cotidiano.

Quando a família entende as etapas que são necessárias tende a ser fundamental para os profissionais dar seu apoio a saúde, assistência social, educação, fonoaudiologia, psicoterapia, psicoterapia ocupacional, intervenções sensíveis e humanizadas. O reconhecimento das vivências e cotidiano dos familiares, auxiliam os profissionais a fortalecer a rede de apoio.

A vista disso, o apoio clínico e terapêutico no TEA deve ser compreendido como um processo dinâmico, individualizado e interdisciplinar. Intervenções bem planejadas e permitem que a pessoa autista desenvolva habilidades adaptativas, expanda sua autonomia e amplie sua participação social. Desta forma, ao reconhecer o TEA como uma condição complexa e multifacetada, sustentamos a necessidade de uma rede de cuidados articulada, que promova não apenas o manejo de dificuldades, mas também a valorização da singularidade e o fortalecimento das potencialidades de cada indivíduo (SOUZA et al., 2025).

O TEA exige não apenas intervenções direcionadas ao indivíduo diagnosticado, mas também o fortalecimento das redes de apoio que sustentam o cuidado cotidiano. O apoio clínico e terapêutico é um conjunto de serviços essenciais para o desenvolvimento da pessoa autista, incluindo psicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, avaliações neuropsicológicas e acompanhamento psiquiátrico quando necessário. Essas contribuições profissionais ajudam diretamente na interação social da criança ou do adulto, promovendo a interação com outras pessoas e com a comunidade onde estão inseridos, permitindo que a pessoa autista desenvolva estratégias adaptativas e alcance maior autonomia. Dessa forma, o suporte clínico contribui para a melhoria da qualidade das interações sociais, refletindo positivamente na dinâmica familiar.

A rede de apoio social exerce influência direta na redução da sobrecarga vivenciada pelas famílias. A participação em grupos de apoio e rodas de conversa com outras famílias que vivem a mesma condição é muito importante e significativa, pois permite a troca de experiências, o fortalecimento emocional e a construção de estratégias coletivas de cuidado, além de favorecer a interação e a participação das pessoas com TEA, promovendo autonomia e reduzindo os impactos causados pelo preconceito presente na cultura e na sociedade. A rede de apoio social é reconhecida como um fator essencial para a adaptação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), ajudando a diminuir o estresse

familiar e promovendo melhores condições de vida. Esse apoio não depende apenas dos órgãos públicos, mas também da participação de familiares como avós, tios, primos e outros membros próximos, que contribuem significativamente para o cuidado compartilhado e a redução do estresse. Esse suporte emocional, aliado à divisão de tarefas e ao fortalecimento dos vínculos afetivos, oferece à família maior estabilidade diante dos desafios do dia a dia relacionados ao diagnóstico e à rotina de cuidados com o TEA (Souza et al., 2025).

No Brasil, diversas instituições desempenham papel fundamental no atendimento, na defesa de direitos e na promoção da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre as referências nacionais, destaca-se a Associação de Amigos do Autista (AMA), uma das entidades mais tradicionais do país, reconhecida por sua atuação em diagnóstico, intervenção clínica, pesquisa e suporte às famílias. Outra instituição de grande relevância é o Instituto Priorit –Autismo & Pesquisa, presente em diferentes estados e voltado à intervenção baseada em evidências científicas. O Instituto Neurodiversidade (INN) também exerce importante contribuição ao promover ações de conscientização, formação profissional e apoio socioeducativo voltado à comunidade autista. No campo da defesa de direitos, a Associação Brasileira de Autismo (ABRA) e o Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB) se destacam por mobilizar políticas públicas e campanhas de sensibilização (Souza et al., 2025).

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado em legislações que visam garantir direitos às pessoas com TEA e suas famílias, sendo essas políticas públicas estratégias fundamentais de apoio institucional e inclusão social. Contudo, ainda persistem desafios na implementação e efetivação desses direitos.

A Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo atendimento multiprofissional, acesso a medicamentos e inclusão escolar. Essa legislação constitui a base para as políticas públicas voltadas ao TEA e assegura direitos fundamentais às famílias.

A Lei nº 13.977/2020 institui a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA), facilitando o acesso prioritário a serviços públicos e privados, reduzindo barreiras burocráticas e ampliando a visibilidade da condição, configurando-se como uma estratégia importante de inclusão social.

A Política Nacional de Intervenção Precoce (Souza et al.2025) fortalece ações voltadas à identificação precoce e ao acompanhamento multiprofissional, especialmente

na Atenção Primária. A intervenção precoce beneficia não apenas a criança, mas também a família, que recebe orientação sistemática para favorecer o desenvolvimento global (Souza et al., 2025). Já a Linha de Cuidado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no SUS (Souza et al., 2025) define diretrizes para o acompanhamento integral, destacando o papel da Atenção Primária na oferta de orientação familiar, apoio emocional, visitas domiciliares e encaminhamento a serviços especializados, reconhecendo o cuidado à família como parte central da assistência.

Souza et al. (2025) destacam que o apoio de redes formais, como profissionais de saúde, terapeutas e professores, e informais, como familiares e grupos de pais, constitui fator protetivo relevante, configurando-se como estratégia essencial para o fortalecimento familiar. Essas redes permitem a troca de experiências, a construção de estratégias coletivas e o fortalecimento da resiliência e da coesão familiar.

Souza et al. (2025) reforça que a colaboração entre escola e família constitui uma estratégia fundamental para a inclusão educacional, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e cognitivo da criança com TEA. Dessa forma, o envolvimento familiar contínuo configura-se como um dos principais preditores de progresso no desenvolvimento infantil.

Diante desse contexto, evidencia-se que o fortalecimento do papel da família no processo de inclusão de pessoas com TEA depende da implementação de estratégias integradas, que envolvam o acesso a redes de apoio social, a participação ativa da família extensa, o desenvolvimento de habilidades de autorregulação, a articulação entre família e escola e a efetivação de políticas públicas. Assim, a integração entre esses diferentes elementos torna-se essencial para promover inclusão, qualidade de vida e redução da sobrecarga familiar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A literatura apresenta que há uma interação importante entre os responsáveis e a criança, sendo fundamental o apoio emocional dos familiares. É essencial que eles estejam emocionalmente bem para conseguir cuidar da criança e manter a participação dela na habilitação, colocando em prática em seu cotidiano, o que é desenvolvido com a criança. Essa interação acontece de forma flexível, buscando uma compensação indireta por meio do esforço natural da rotina, já que as mudanças acontecem gradualmente. Além disso, é importante reorganizar as tarefas diárias da criança, pois o fortalecimento da família começa quando com o diagnóstico, e no entendimento de que sua rotina e suas

expectativas irão mudar. O tratamento e o acompanhamento tendem a ser mais intensos e, muitas vezes, mais lentos, sendo um processo desafiador diante das dificuldades gerais apresentadas pela criança.

3. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A COMPREENSÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A compreensão do desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), à luz da perspectiva Histórico-Cultural, exige o rompimento com concepções biologizantes e reducionistas que tendem a explicar o desenvolvimento humano exclusivamente por fatores internos. Conforme postula (Freitas, Ferreira, 2023), o desenvolvimento psíquico constitui-se como um processo histórico e social, no qual as funções psicológicas superiores emergem a partir das relações estabelecidas entre o sujeito e o meio, sendo posteriormente internalizadas dessa forma, o desenvolvimento não é dado, mas construído nas relações sociais mediadas culturalmente.

Para a PHC, o desenvolvimento de uma criança com TEA depende das relações sociais e culturais. Isso significa que a intervenção deve focar na ampliação da comunicação, na criação de vínculos, no respeito aos interesses da criança e na construção de práticas significativas. Segundo Kupfer (2000, P.109-117), crianças com TEA desenvolvem-se mais quando inseridas em ambientes que consideram sua singularidade e oferecem mediações adequadas (LIMA; ROSSETTO; CASTRO,2020), compreende que mesmo dificuldades na linguagem e na interação não impedem a apropriação cultural, desde que existam estratégias mediadoras e relações que favoreçam essa participação.

Nesse contexto, o conceito de mediação ocupa lugar central para Vigotski, a relação do sujeito com o mundo não se dá de forma direta, mas mediada por instrumentos e signos, sendo a linguagem o principal deles. A mediação implica a presença de um outro mais experiente que orienta, organiza e potencializa o processo de desenvolvimento. No caso da criança com TEA, a família configura-se como o primeiro e mais significativo espaço de mediação, responsável por introduzir o sujeito no universo simbólico e cultural, assim, a qualidade dessas interações não apenas influencia, mas constitui as possibilidades de desenvolvimento da criança.

Essa discussão se articula diretamente com o conceito de funções psicológicas superiores, também desenvolvido por Vygotsky diferentemente das funções elementares, de base biológica, as funções superiores como o pensamento abstrato, a memória

voluntária, a atenção dirigida e a linguagem, são construídas historicamente e mediadas socialmente. Portanto, seu desenvolvimento depende das condições concretas de vida do sujeito, especialmente das oportunidades de interação e da qualidade das mediações oferecidas. No caso de crianças com TEA, isso implica reconhecer que possíveis atrasos ou diferenças no desenvolvimento dessas funções não devem ser interpretados como déficits fixos, mas como expressões de trajetórias de desenvolvimento que podem ser reorganizadas a partir de novas formas de mediação (Almeida, 2020).

A defectologia na obra de Vigotski é fundamental para compreender o desenvolvimento humano, especialmente das pessoas com deficiência, sendo importante considerar seu contexto histórico. A deficiência não se resume a um déficit, mas envolve fatores biológicos e, principalmente, sociais e culturais. Ele diferencia defeitos primários (orgânicos) dos secundários e terciários, que surgem das relações sociais. Nesse contexto, destaca-se o conceito de compensação, que é a capacidade do indivíduo de desenvolver outras funções, a partir de mediadores para lidar com suas limitações. Esse processo não é automático, depende das condições oferecidas pelo meio, como educação, interação social e apoio adequado. Assim, o desenvolvimento da pessoa com deficiência ocorre de forma diferente, e não inferior, na qual, deve ser enfatizada suas potencialidades. Essa visão rompe com a perspectiva biologista e mostra que o desenvolvimento humano é dinâmico, socialmente construído e cheio de possibilidades, sendo a deficiência apenas um dos aspectos da trajetória do sujeito (Lima; Rossetto; Castro, 2020).

Vigotski defendia que o desenvolvimento da pessoa com deficiência não é apenas “menor”, mas diferente em qualidade, com foco nas potencialidades e nas formas de compensação desenvolvidas pelo sujeito, a partir de suas relações sociais. O ambiente de aprendizagem precisa ser rico e estimulante, pois é nas relações sociais e culturais que o desenvolvimento acontece. Assim, a deficiência em si não é o principal impedimento, mas sim a forma como a pessoa e o meio lidam com ela, sendo essa relação fundamental para a superação das dificuldades (Lima; Rossetto; Castro, 2020).

No que diz respeito à família, existe um fator que resulta em uma compensação indireta que os familiares constituem e são fundamentais para o processo de inclusão social. Isso ocorre, com base na valorização das potencialidades do sujeito, na construção de seu desenvolvimento, na promoção da autonomia e confiança diante dos desafios cotidianos.

A compensação, em sua forma positiva, mostra que a deficiência existe, mas não deve ser vista como um marco negativo, pois o sujeito possui vontades e desejos dentro de suas limitações, podendo alcançar qualidade de vida. Nesse contexto, o auxílio familiar é essencial na compensação indireta, ajudando nas adaptações necessárias. Além disso, o tratamento social, por meio de palavras e gestos de acolhimento, contribui para reconhecer esse sujeito não apenas por suas dificuldades, mas como alguém dentro de sua normalidade, mesmo com suas limitações.

Aplicada ao TEA, essa perspectiva permite compreender que as dificuldades na comunicação e na interação social não devem ser vistas como impedimentos absolutos, mas como desafios que demandam formas específicas de mediação. Nesse processo, a família assume papel decisivo, não apenas como espaço de cuidado, mas como agente ativo na construção das condições de desenvolvimento. Ao promover interações significativas, estimular a participação da criança em práticas sociais e atribuir sentidos positivos às suas experiências, a família contribui para a constituição de novas formas de funcionamento psíquico (Freitas; Ferreira; 2023).

Dessa forma, a análise do desenvolvimento da criança com TEA, sob a ótica, Histórico-Cultural, evidencia que o foco deve ser deslocado das limitações individuais para as condições sociais de desenvolvimento. A família, enquanto instância mediadora privilegiada, pode tanto restringir quanto potencializar esse processo. Assim, fortalecer o papel da família, ampliar o acesso à informação e promover práticas inclusivas tornam-se elementos fundamentais para garantir não apenas o desenvolvimento da criança, mas sua efetiva inserção social.

A partir dessa compreensão, destaca-se o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que expressa a dimensão potencial do desenvolvimento humano a ZDP refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real, caracterizado pelas capacidades já consolidadas, e o nível de desenvolvimento potencial, que pode ser alcançado por meio da colaboração com o outro. Tal conceito desloca o foco daquilo que a criança já é capaz de fazer para aquilo que pode vir a ser, evidenciando o caráter dinâmico e prospectivo do desenvolvimento. No contexto do TEA, essa perspectiva é fundamental, pois permite compreender que as limitações observadas não são estáticas, mas passíveis de transformação por meio de práticas mediadas e intencionalmente organizadas.

4. CONCLUSÕES

Durante a realização deste trabalho e através das leituras feitas, foi possível compreender a importância da família no desenvolvimento das crianças com deficiência TEA. Através dos estudos analisados, percebemos que o apoio da família, dos cuidadores e do meio em que a criança vive faz grande diferença no seu desenvolvimento, aprendizagem e inclusão social. Também foi possível observar que o processo de pesquisa apresentou alguns desafios, principalmente pela falta de materiais relacionados à psicologia histórico-cultural voltados para esse tema. Muitas obras clássicas de Vygotsky possuem linguagem complexa e traduções em outros idiomas, como russo, inglês e espanhol, o que dificultou a compreensão em alguns momentos. Por meio dos Fundamentos da Defectologia e dos estudos realizados, foi possível entender melhor os processos compensatórios, as potencialidades das crianças e a importância do olhar social e humano diante da deficiência. Assim, conclui-se que o apoio familiar, social e educacional é essencial para o desenvolvimento e a inclusão da criança na sociedade. Outro ponto importante observado durante os estudos são os desafios enfrentados pelas famílias e pelas próprias crianças no processo de inclusão social. Muitas vezes, a sociedade ainda possui falta de informação sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), enxergando a criança apenas pelas suas limitações e dificuldades. Porém, o autismo não deve ser visto como uma doença, mas sim como uma condição do neurodesenvolvimento que faz parte da vida da criança. Dessa forma, percebe-se que um dos maiores desafios está na conscientização da sociedade, na inclusão e no desenvolvimento de um olhar mais humano, respeitoso e acolhedor. Além disso, também foram encontradas dificuldades durante a pesquisa, devido à pouca quantidade de materiais disponíveis dentro da psicologia histórico-cultural relacionados ao tema, principalmente nas obras clássicas de Vygotsky, que possuem linguagem complexa e traduções limitadas. Assim, conclui-se que o apoio familiar, escolar e social é fundamental para o desenvolvimento da criança, ajudando em sua autonomia, inclusão e qualidade de vida.

Na perspectiva da psicologia Histórico Cultural, que o sujeito com suas limitações pode aprender, com um modo distinto considerando suas singularidades. A deficiência, portanto, deve ser compreendida como algo dinâmico, e a partir das condições que forem proporcionadas no meio onde a criança encontra-se inserida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinete Paiva Gonçalves de. **Vigotski: uma abordagem da defectologia e da compensação aplicada ao modelo social de inclusão**. 2026. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2026.

ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. Análise teórico-histórica das produções de Leontiev e Vigotski acerca do desenvolvimento da memória. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 40, n. 111, p. 146-155, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC.226192>.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei n. 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREITAS, Suellen Milhomem de; FERREIRA, Silvana. Criança com o transtorno do espectro autista: a família no processo diagnóstico. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 5, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n5-042.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. 80 p.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2000.

KUPFER, Maria Cristina Machado; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende? **Estilos da Clínica**, São Paulo, p. 109-117, dez. 2000.

LIMA, Sônia Ribeiro de; ROSSETTO, Elisabeth; CASTRO, Solange de. O estudo da defectologia sob a perspectiva de Vigotski. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-160>.

MARTINS, Maria Virgínia Barros da Silva; SANTOS, Jhennifer Kelly Moraes dos; LIMA, Josemir de Almeida. O impacto do diagnóstico do transtorno do espectro autista na vida familiar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e229111638233, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38233>.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. [S. l.: s. n.], [s. d.].

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. *In*: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Helen Janaína Lima de *et al.* O impacto do TEA na família: desafios e recursos. **Revista DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, Curitiba, v. 18, n. 75, p. 1-21, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n85-165.

VIEIRA, Ana Paula Alves. **Avaliação psicológica de crianças que enfrentam dificuldades escolares**: proposta a partir da psicologia histórico-cultural. Paranaíba: EduFatecie, 2022.

Nota sobre o uso de Inteligência Artificial Generativa: Em conformidade com a Portaria CNPq n. 2.664, de 6 de março de 2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica, declara-se que foi utilizada ferramenta de Inteligência Artificial Generativa (IAG) neste trabalho. Especificamente, o ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI, foi empregado como recurso auxiliar para correção ortográfica e tradução do resumo para os idiomas inglês e espanhol.